



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/ES

NOTA TÉCNICA Nº 007/2024-NTI/SR/PF/ES

Processo nº **08285.006927/2023-11**

Interessado: **Nova Tecnologia**

Assunto: **Pedido de Esclarecimento 7 -**

Referência: **(SEI nº 34327453)**

A NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA vem tempestivamente, por meio deste solicitar alguns esclarecimentos referentes ao Processo Administrativo nº 08285.006927/2023-11:

1. O local de prestação dos serviços possui refeitório para o horário de almoço dos funcionários?

Resposta: Sim.

2. Será exigido envio de planilha de custos para comprovação da inexecutabilidade da proposta?

Resposta: Sim, vide item 10.8 do Termo de Referência (TR).

3. Entendemos que as empresas que cotarem a quantidade de funcionários menor do que o estabelecido no item 2.14 do Termo de Referência, deverão ajustar a sua proposta conforme o item citado sob pena de eliminação. Está correto o nosso entendimento?

Resposta: Sim. Os quantitativos de profissionais estimados para a solução pretendida estão devidamente explicitados e justificados nos itens 6 do TR e 8 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), de atenção obrigatória pelo LICITANTE.

Vide também Pedido de Esclarecimento 1, item 1.

4. Entendemos que as empresas que não utilizaram os salários descritos no item 11.1 do Estudo Técnico Preliminar, deverão ajustar os salários de acordo com o item citado sob pena de eliminação da proposta. Está correto o nosso entendimento?

Resposta: Vide Pedido de Esclarecimento 1, item 1, subitem c.

5. Para o pagamento será utilizado a conta depósito vinculada ou será pelo fato gerador?

Resposta: Os modelos descritos na pergunta são instrumentos utilizados para contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Não é o caso da presente contratação que é regida pela Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 onde estabelece que

"A contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação deverá ser realizada por meio de modelo de pagamento fixo mensal, vinculada exclusivamente ao atendimento de níveis mínimos de serviços previamente estabelecidos.". A norma ainda acrescenta que o modelo não se configura como de dedicação exclusiva de mão de obra, contratação por homem/hora e tampouco por postos de trabalho. (§ único).

Vide item 2.9 do Termo de Referência e Critérios de medição de Pagamento (item 8 do Termo de

Referência).

6. O Item 14 do Anexo XII, da IN nº 05/2017 traz os percentuais obrigatórios para provisão mensal para fins de conta depósito vinculada. Caso o pagamento seja por conta depósito vinculada, questionamos se a somatória das rubricas “Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado” e “Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado” deverá ser obrigatoriamente de 4%?

Resposta: Prejudicado. Não se utilizará conta depósito vinculada.

7. O Item 14 do Anexo XII, da IN nº 05/2017 traz os percentuais obrigatórios para provisão mensal para fins de conta depósito vinculada. Caso o pagamento seja por conta depósito vinculada, questionamos se a somatória das rubricas “Férias” e “Adicional de férias” deverá ser obrigatoriamente de 12,10%?

Resposta: Prejudicado. Não se utilizará conta depósito vinculada.

8. Ainda sobre a conta vinculada, perguntamos: Será diligenciada e solicitada a alteração para a empresa que usar percentuais diferentes dos exigidos no Item 14 do Anexo XII, da IN nº 05/2017?

Resposta: Prejudicado. Não se utilizará conta depósito vinculada.

9. Para o cálculo de vale alimentação e vale transporte será obrigatório a cotação para 22 dias úteis?

Resposta: É de responsabilidade da empresa participante obedecer os normativos vigentes na elaboração de sua proposta.

10. O controle de frequência dos funcionários poderá ser realizado por sistema de controle de ponto web ou necessariamente deverá ser instalado e cotado relógio de ponto eletrônico?

Resposta: O controle de frequência dos profissionais é de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser feito de acordo com a legislação trabalhista vigente. Vide também item 2.11 do TR.

11. O Art. 429 da Lei 10.097 de 19/12/2000 determina que: “Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.” Assim, como este pregão eletrônico tem serviços que demandam formação profissional, as licitantes obrigatoriamente terão custo com a contratação de jovens aprendizes. Desta forma perguntamos se serão aceitos percentuais irrisórios de custos indiretos e lucratividade que comprovadamente não suportam o custo do jovem aprendiz?

Resposta: Os percentuais de custos indiretos e lucro fazem parte da estratégia da empresa na elaboração de sua proposta.

12. Algum posto faz jus ao adicional de periculosidade?

Resposta: Vide item 11.1 do ETP.

13. Algum posto faz jus ao adicional de insalubridade, se sim, qual percentual?

Resposta: Não.

14. Será necessário a provisão de horas extras na planilha de custos?

Resposta: Vide item 2.3 do Termo de Referência bem como 12.7 do Estudo Técnico Preliminar. Atenção ao item 6.7.1.2. do Termo de Referência.

15. Será necessário o fornecimento de algum material, equipamento ou insumos? Se sim, poderia nos informar as quantidades e descrições?

Resposta: Sim. Vide item 6.8 do TR.

16. Após o término do contrato, os materiais, equipamentos, móveis e utensílios necessários fornecidos pela contratada ficarão em posse da mesma ou serão incorporados ao patrimônio da contratante?

Resposta: A guarda e manutenção do conjunto de ferramentas e acessórios descritos no Anexo X do TR são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo manter sua posse após o término do contrato.

17. Como será montada a escala dos funcionários contratados?

Resposta: É de responsabilidade da CONTRATADA, devendo atentar-se ao disposto no item 12.7 do ETP e demais requisitos expostos tanto no TR quanto no ETP.

18. Entendemos que os lances deverão ser os valores totais (24 meses) do item. Está correto o nosso entendimento?

Resposta: Os lances obedecerão a sistemática apresentada na tela do licitante no sistema Compras Governamentais.

19. Entendemos que após homologação de nova Convenção Coletiva de trabalho a licitante detentora do contrato poderá solicitar reajuste do mesmo. Está correto o nosso entendimento?

Resposta: Conforme item 2.9 do Termo de Referência os serviços serão remunerados por modelo de pagamento com valor fixo mensal não se tratando de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. As regras de reajuste estão dispostas na Minuta de Contrato (cláusula sétima).

20. Será necessário o fornecimento de uniformes?

Resposta: Sim, vide itens 4.7.1 (RSA5), 5.1.30, 5.2.67 e 6.1.2.18.j do TR.

21. Caso resposta anterior seja positiva, poderia informar as descrições e quantidades dos mesmos?

Resposta: Responsabilidade da CONTRATADA, zelando pelos itens citados na resposta anterior.

22. Será necessário fornecimento de alguma ferramenta ou kit específico além do previsto no Anexo X?

Resposta: Não.

23. Caso resposta anterior seja positiva, poderia informar as descrições e quantidades dos mesmos?

Resposta: Prejudicado.

24. Qual alíquota de ISS deverá ser utilizada pelas licitantes em sua planilha de custos?

Resposta: Cabe a empresa observar os normativos vigentes relativos ao tema.

25. Qual valor do vale transporte modal do município?

Resposta: Verificar junto aos órgãos responsáveis os valores atualizados. O site da Companhia Estadual de

26. Existe contrato em andamento para tal contratação?

Resposta: Sim.

27. Qual atual empresa detentora do contrato?

Resposta: ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

28. Qual a data fim do contrato atual?

Resposta: 11/05/2024.

29. Quantos funcionários são alocados no contrato atual?

Resposta: Os pedidos de esclarecimentos visam orientar e sanar dúvidas acerca dos documentos de planejamento que compõe a licitação com objetivo primordial de facilitar o entendimento dos licitantes que participarão do Pregão 90002/2024. O esclarecimento proposto pela empresa distancia-se deste objetivo. A empresa poderá discorrer melhor sobre o questionamento, posto que não está devidamente claro qual item do Edital e/ou anexo se refere.

30. Qual atual convenção coletiva esses funcionários são vinculados?

Resposta: Os pedidos de esclarecimentos visam orientar e sanar dúvidas acerca dos documentos de planejamento que compõe a licitação com objetivo primordial de facilitar o entendimento dos licitantes que participarão do Pregão 90002/2024. O esclarecimento proposto pela empresa distancia-se deste objetivo. A empresa poderá discorrer melhor sobre o questionamento, posto que não está devidamente claro qual item do Edital e/ou anexo se refere.

31. Qual atual salário desses profissionais?

Resposta: Os pedidos de esclarecimentos visam orientar e sanar dúvidas acerca dos documentos de planejamento que compõe a licitação com objetivo primordial de facilitar o entendimento dos licitantes que participarão do Pregão 90002/2024. O esclarecimento proposto pela empresa distancia-se deste objetivo. A empresa poderá discorrer melhor sobre o questionamento, posto que não está devidamente claro qual item do Edital e/ou anexo se refere.

32. Os funcionários recebem algum benefício que não é previsto em Convenção Coletiva de Trabalho?

Resposta: Os pedidos de esclarecimentos visam orientar e sanar dúvidas acerca dos documentos de planejamento que compõe a licitação com objetivo primordial de facilitar o entendimento dos licitantes que participarão do Pregão 90002/2024. O esclarecimento proposto pela empresa distancia-se deste objetivo. A empresa poderá discorrer melhor sobre o questionamento, posto que não está devidamente claro qual item do Edital e/ou anexo se refere.

33. O preposto precisa estar presencial no local de prestação dos serviços?

Resposta: Sim, item 7.5.2 do TR.

34. Visto a distância de até 223km do local de prestação dos serviços, entendemos que os custos com transporte, alimentação e diárias para estes atendimentos, serão por conta da CONTRATANTE. Está correto o entendimento?

Resposta: Vide item 5.2.42 e 6.2.1.9 do termo de referência.

35. Caso o entendimento não esteja correto, perguntamos; Qual o custo médio a contratada deverá provisionar?

Resposta: Vide Pedidos de Esclarecimentos anteriores.

36. Entendemos que no caso de necessidade de reposição ou substituição de peças, as mesmas serão fornecidas pela CONTRATANTE. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, exceto aquelas fornecidas pela CONTRATADA (Anexo X do TR) ou no caso de reparação dos danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros devido aos defeitos nos serviços ocasionados em razão de ação sua ação ou omissão (itens 4.4.1 – RMA4, 5.2.3, 5.2.14, 5.2.15, 5.2.47 e 8.15 do TR).

37. Caso o entendimento não esteja correto, perguntamos; Quais peças deverão ser fornecidas pela contratada?

Resposta: Prejudicado.

CÉLIO FLORES SIQUEIRA JUNIOR

Escrivão de Polícia Federal

Integrante Técnico Titular



Documento assinado eletronicamente por **CELIO FLORES SIQUEIRA JUNIOR, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 13/03/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34327453&crc=BF30DA00.
Código verificador: **34327453** e Código CRC: **BF30DA00**.